

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2017

1 Aos dezessete dias do mês de maio de 2017, às quatorze horas, reuniram-se nas
2 dependências do Restaurante do Camping do Rio Vermelho, anexo à Sede
3 Administrativa da UC, situada à Rodovia João Gualberto Soares, km.14, os
4 representantes das entidades convocadas para composição do Conselho Consultivo do
5 Parque Estadual do Rio Vermelho, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA: **1. Retomada**
6 **do Conselho Consultivo. 1a) Apresentação das entidades que compõem o Conselho;**
7 **1b) Enumeração das entidades que solicitaram saída do Conselho; 1c) Apresentação**
8 **das entidades que solicitaram entrada no Conselho; 1d) Definição das prioridades e**
9 **locais das reuniões ordinárias para 2017. 2. Plano de Manejo. 2a) Apresentação da**
10 **empresa selecionada; 2b) Aspectos gerais do Plano de Trabalho para elaboração do**
11 **Plano de Manejo. 3. Assuntos Gerais.** Estavam presentes os técnicos Daniel Costa, Anne
12 Leonor Vieira e Márcio Pereira, da equipe gestora do Parque, sendo Daniel o
13 representante da FATMA no Conselho, e exercendo sua Presidência por disposição
14 regimentar, na qualidade de chefe da UC; Eduardo Mussatto, também da FATMA, na
15 qualidade de mediador; André Sampaio, Luciana Mota e Luciane Grassani,
16 representando a ENGETEC, empresa vencedora da concorrência para elaboração do
17 Plano de Manejo, bem como os seguintes representantes e respectivas entidades:
18 Marcelo Duarte, Conselheiro Suplente do Comando da Polícia Militar Ambiental
19 (CPMA); Eduardo Zimmermann, Conselheiro Suplente da Secretaria de Estado do
20 Desenvolvimento Sustentável (SDS); Aline Bernardi, representando a Secretaria de
21 Estado da Agricultura e Pesca; Vanessa dos Santos, representante da CASAN; Marcelo
22 Burigo, Conselheiro Titular da SC Parcerias; Mauro da Costa, representante da Fundação
23 Municipal do Meio Ambiente (FLORAM); Larissa Schmidt, Conselheira Titular da
24 Associação de Proprietários de Terras no Entorno do Parque (APTE); Carlos Eduardo
25 Farias e Luís Kunst, respectivamente Conselheiros Titular e Suplente da Associação de
26 Moradores do Rio Vermelho (AMORV); César Schenini, conselheiro titular da União
27 Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO); Cristiane Kolesnikovas e Letícia
28 Costa, respectivamente Conselheiras Titular e Suplente da R3 Animal; Vera Waith e
29 Karina Signori, Conselheiras Titular e Suplente do Instituto Ambiental ECOSUL; Luís
30 Klaes, Conselheiro Titular da União dos Escoteiros do Brasil; Ary Hauffe e Márcio
31 Mortari, respectivamente Conselheiros Titular e Suplente do Instituto Çarakura.
32 Verificado o quórum, foi apresentada a equipe da FATMA e apresentado Márcio -
33 FATMA como relator interino. Anne - FATMA inicia explicando que foi enviada carta
34 convite para entidades confirmarem o interesse em continuar participando do
35 Conselho. Diz que 16 entidades solicitaram permanência: FATMA, SDS, Secretaria da
36 Agricultura e Pesca, CASAN, PMA, SC Parcerias, FLORAM, IPUF, sendo estas as oito
37 governamentais. Da sociedade civil, responderam: APTE, AMORV, UFECO, R3 Animal,
38 ECOSUL, União dos Escoteiros, Associação de Cabos e Soldados e Instituto Çarakura,
39 sendo também oito. Informa que quatro entidades solicitaram saída: SANTUR, ICMBIO,
40 EPAGRI e FAPESC. Que duas entidades governamentais não responderam: Secretaria de
41 Estado de Planejamento e UFSC, bem como três da Sociedade Civil: ASM – Associação
42 de Surf do Moçambique, SINDUSCON e Aliança Nativa. Que solicitaram entrada no
43 Conselho: ECOPAERV, Quilombo Vidal Martins, por recomendação do MP, e Instituto

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including a large signature at the top, several smaller initials, and a signature at the bottom that appears to read 'K Costa'.

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2017

44 Ambiental Santinho. Daniel – FATMA lê recomendação do Ministério Público, que
45 recomenda à FATMA a “participação efetiva de representantes da comunidade
46 quilombola Vidal Martins no Conselho Consultivo da Unidade de Conservação Parque
47 Estadual do Rio Vermelho”. Karina - ECOSUL pergunta se ainda é possível a entrada de
48 entidades. Larissa – APTE diz que foi estabelecido um prazo e que a paridade entre
49 entidades governamentais e não-governamentais deveria ser levada em consideração
50 na escolha. Alexandre, geógrafo da plateia, pergunta sobre a possibilidade de participar
51 representando a Secretaria de Infraestrutura da PMF. César – UFECO pergunta se a
52 comunidade quilombola entra por solicitação do MP. Daniel esclarece que já havia
53 esforço anterior de inclusão da comunidade, e que a recomendação reforçou a
54 necessidade. César diz que participou do processo histórico de instalação do Parque e
55 que não se lembra da existência de quilombolas. Anne responde Karina solicitando que
56 as entidades interessadas oficiem a administração do Parque para votação de sua
57 entrada na primeira reunião ordinária. Mauro – FLORAM pergunta se a reunião é
58 preparatória para a nova composição do Conselho. Daniel diz que sim, que serve para
59 composição da portaria que nomeia o Conselho Consultivo. E informa que a ata da
60 última reunião será enviada aos representantes para aprovação na próxima reunião.
61 Anne informa que se solicitam documentos para formalização das entidades
62 componentes, e lê a listagem à plenária, sendo: Cópia do Estatuto da Entidade com
63 registro; Cópia do CNPJ da Instituição; Para entidades privadas, Cópia da Ata de Eleição
64 ou Posse da Diretoria vigente; Para entidades públicas, Cópia do Decreto de Nomeação
65 da Diretoria vigente. Esclarece que tal lista de documentos será enviada por e-mail.
66 Pergunta se 15 a 20 dias seria um prazo suficiente para apresentação da documentação,
67 não havendo objeção da plenária. Eduardo da Caipora diz que as portarias atualmente
68 não nomeiam representantes, mas meramente as instituições. Daniel passa a
69 apresentar as datas previstas para atividades no âmbito da elaboração do Plano de
70 Manejo, sendo 01 de Junho: Workshop Científico sobre metodologia; 05 de Junho:
71 Oficina de Diagnóstico socioeconômico; 16 de Outubro: Oficina Participativa de
72 Planejamento do Zoneamento (aberta ao público); 18 de Outubro: Oficina Participativa
73 de Planejamento do Zoneamento (com Conselho); 17 de Novembro: Oficina
74 Participativa de Planejamento - Planos temáticos (aberta ao público); 21 de Novembro:
75 Oficina Participativa de Planejamento - Planos temáticos (com Conselho). Larissa – APTE
76 pergunta se há atividades do PM (Plano de Manejo) anteriores à data prevista para a
77 primeira reunião. Daniel explica que foi feito Termo de Referência e concorrência para
78 contratação da empresa, que no processo seletivo foi escolhida a empresa ENGETEC, e
79 que esta se encontra representada na reunião a fim de explicar o Plano de Trabalho para
80 elaboração do PM. André Sampaio da ENGETEC passa aos presentes material explicativo
81 das atividades previstas na elaboração do Plano de Manejo. Daniel diz que o mesmo
82 será encaminhado por e-mail. André esclarece que o Termo de Referência foi bastante
83 minucioso e elaborado inteiramente pela FATMA. Que se pretende incluir nos trabalhos
84 de elaboração todos os grupos representativos do entorno do Parque, inclusive com
85 trabalhos de esclarecimento/educação e também trazendo ideias da comunidade,
86 argumentando tecnicamente quando estas não puderem ser contempladas. Esclarece

Handwritten signatures in blue ink on the right margin of the page, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and a signature at the bottom that appears to read 'Larissa'.

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2017

87 que o diagnóstico socioeconômico está buscando identificar todos os grupos de
88 interesse existentes ao redor do Parque, e que o número de entidades identificadas é
89 maior que o esperado. Diz que também haverá um workshop científico onde será
90 explicitada a metodologia a ser utilizada. Diz que o diagnóstico de fauna e fundiário já
91 estão iniciados, com averiguação em cartório da titularidade dos lotes. Larissa – APTE
92 diz que ficou de receber formulários para leva-los aos membros da associação e que
93 precisariam de tempo para avaliá-los, para permitir a efetiva participação. Pergunta o
94 que seria o estudo fundiário para poder colaborar. André esclarece que o estudo
95 fundiário começa com estudo dos limites do parque para atualização com dados
96 georreferenciados. Larissa pergunta se será estudada a qualidade dos documentos de
97 posse. André diz que atualmente não há invasão no parque. Larissa diz que pessoas de
98 sua associação possuíam terras dentro do Parque e Larissa diz que Ana Cimardi da
99 FATMA prometeu que essa questão seria estudada no âmbito do Plano de Manejo.
100 André diz que isso poderá ser observado, mas que se privilegiam as informações de
101 cartório. Daniel diz que questões desse tipo poderão ser estudadas e serão
102 encaminhadas às instâncias pertinentes, mas que se trata no momento da apresentação
103 do Plano de Trabalho. André diz que os problemas do Parque não são solucionados no
104 momento de elaboração do Plano de Manejo, mas no momento de sua implementação.
105 Que depois da fase de estudos virá a fase propositiva, com reuniões exclusivas com o
106 conselho, exclusivas com a FATMA, etc. E que as propostas serão abertas e então
107 adequadas às demandas seguindo critérios técnicos e a razoabilidade. Que assuntos a
108 serem abordados incluem as formas de uso público do Parque, de substituição da
109 vegetação exótica, etc. Ao final da elaboração do Plano se buscará planejar a
110 sustentabilidade financeira do Parque ao longo dos anos. Que a elaboração do Plano no
111 caso do Rio Vermelho é especialmente participativa, mais do que a média, e que será
112 um ano bastante corrido. Que há muitos projetos feitos para o Parque e abandonados,
113 mas que poderão ser reavaliados. Marcelo da PMA diz que entende que foram
114 reservados 6 meses para falar de questões fundiárias, e que esse seria um prazo curto.
115 Larissa pergunta ao conselho se esse prazo é exequível considerando a necessidade de
116 participação do Conselho, e se seria pertinente recomendar à FATMA a extensão desse
117 prazo. Cris R3 diz que na APA da Baleia Franca foi dado um ano e foi satisfatório. Marcelo
118 pergunta se há a possibilidade de extensão. André esclarece que o edital prevê seis
119 meses para esta etapa e que a complexidade do projeto é grande principalmente pelos
120 dados de diagnóstico. Que certos grupos terão que se conformar com certas decisões.
121 Larissa diz que quanto maior a participação, maior a possibilidade de contemplar um
122 maior número de grupos. Karina da ECOSUL diz que nas reuniões são sempre as mesmas
123 pessoas a participar, e que os eventos devem acontecer em lugares diferentes buscando
124 melhor representação, e que estas devem ser melhor divulgadas. Larissa diz que as
125 associações precisam responder a seus membros e, portanto, precisam de mais tempo
126 para as discussões. André diz que as oficinas durarão praticamente dias inteiros e que
127 precisarão contar com a presença dos interessados. César - UFECO diz que nem sempre
128 as pessoas podem participar e que um simples critério de maioria nem sempre é
129 representativo. Daniel diz que a Unidade Gestora do Rio Vermelho pode funcionar em

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2017

130 fins de semana se for necessário para que as reuniões sejam mais representativas.
131 Apresenta Eduardo Mussatto como mediador da FATMA. Mussatto diz que trabalha
132 desde 2005 em projetos como o PPMA, APA da Vargem do Braço, e que aceitou o convite
133 para contribuir com o diagnóstico de demandas do Parque. Que os próximos meses
134 trazem seis meses de oficinas participativas para elaboração do Plano de Manejo e que
135 é um período importante. E abre a palavra à plateia. As inscrições são feitas. Carlos
136 Eduardo – AMORV pergunta o posicionamento da FATMA e PMA sobre obras feitas
137 dentro do Parque antes do Plano de Manejo. Marcelo esclarece que a PMA administra
138 uma área dentro do parque desde 1994 por força de decreto. Que o decreto que cria o
139 Parque diz que todos os usos legais do Parque serão mantidos até a elaboração do Plano
140 de Manejo. Que surgiu recurso da Petrobrás para construção de Centros de recuperação
141 de animais marinhos, e que esta entrou em contato com a PMA para construção deste
142 centro no PE Rio Vermelho. E que baseado na lei de criação do Parque e com licença
143 ambiental da FATMA foi iniciada a construção. Que o Centro atenderá todo o litoral de
144 SC. Que legalmente a PMA tem direito de uso dos 40mil m² e que isso estaria legalizado
145 pelo decreto de criação do Parque. Cristiane - R3 diz que em 2012 foi apresentada a
146 proposta do “CETAS - Animais Marinhos” ao Conselho Consultivo e que esta foi então
147 aprovada por unanimidade. César - UFECO diz que a regulamentação que requer Plano
148 de Manejo é federal. Marcelo diz é uma questão para debate legal, e que a própria trilha
149 do Rio Vermelho foi fruto dessa interpretação que permite a instalação, e que hoje é um
150 sucesso. Que aquela área estava enquadrada na versão preliminar do Plano de Manejo
151 (PGA) como área de uso intensivo e que, portanto, este uso estaria permitido. Que o
152 “CETAS - Animais Marinhos” não visa gerar benefícios financeiros a qualquer parte, mas
153 é uma forma de possibilitar que a PETROBRÁS cumpra suas obrigações de mitigação de
154 impactos sobre a vida marinha. Carlos Eduardo pergunta a Daniel o posicionamento da
155 FATMA. Daniel informa que há autorização da Presidência da FATMA e que pode
156 encaminhar a pergunta à Presidência. Carlos Eduardo diz que há falta de comunicação
157 e que a comunidade jamais foi informada sobre o que aconteceu. Mussatto diz que
158 durante a execução do Plano de Manejo será discutida a continuidade ou
159 descontinuação dessas obras no interior da Unidade e que, portanto, a participação da
160 comunidade nas reuniões é importante. Carlos Eduardo diz que a comunidade é
161 contrária à forma como a trilha e demais projetos foram executados. Mauro - FLORAM
162 lembra que houve autorização do Conselho e que sua experiência na FLORAM mostra
163 que são necessárias ações dentro das UCs para que as unidades vão se consolidando.
164 Que neste caso não parece ser uma decisão do governador ou de qualquer autoridade,
165 mas que o próprio conselho aprovou. E que tais ações funcionam como forma de
166 consolidação das UCs, para que não sejam meramente UCs no papel. Marcelo diz que
167 foi seguido um processo legal para a implantação do projeto. Carlos Eduardo – AMORV
168 diz que Elaine (ex-chefe do Parque) tinha sido meramente informada da decisão de
169 implantação da trilha à época, sem ter sido consultada enquanto chefe do Parque.
170 Cristiane – R3 esclarece que Daniel sempre esteve ciente e participou do processo.
171 Larissa – APTE diz que não pode haver UCs no papel nem conselho no papel, nem de
172 costas para a comunidade. Que à época a comunidade indicou a necessidade de trilhas,

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2017

173 que foi referendada pelo conselho, e que isto não foi posto em prática. Que é estranho
174 a FATMA ter implantado uma trilha com desconsideração a esta informação. E que a
175 própria contratação do Plano de Manejo foi realizada sem transparência. E pergunta à
176 FATMA como se posiciona quanto à oficina sobre trilhas realizadas anteriormente.
177 Mussatto pergunta a André se a ENGETEC foi informada da oficina. André diz que isso
178 precisa ser averiguado, mas que as únicas informações recebidas até o momento são as
179 do PDA. Larissa – APTE diz que ainda tem o relatório, e que este contém pontos,
180 fotografias etc. Eduardo – Caipora diz que as atas das reuniões passadas precisam ser
181 repassadas à ENGETEC. Larissa diz que teme que o Plano de Manejo seja realizado de
182 costas para a comunidade. André esclarece que estão previstas oficinas e que este é
183 precisamente o objetivo do diagnóstico social. Vera – ECOSUL diz que na última reunião
184 com Coronel Márcio, o mesmo disse que o conselho atrapalha o desenvolvimento do
185 Parque, e que tal reunião não gerou ata. Que naquela reunião se decidiu a construção
186 da trilha do Rio Vermelho e que os conselheiros jamais receberam qualquer ata. Daniel
187 diz que a última ata será passada aos conselheiros. Vera diz que não pode ser deixado
188 de lado o trabalho anterior. Anne diz que a ata que será encaminhada é a de 28 de junho
189 de 2013, anterior à da reunião com o Coronel, que todas as atas desde a gestão de Ana
190 Cimardi existem nos arquivos da Unidade Gestora, e que todas as atas serão
191 encaminhadas à ENGETEC, que já as solicitou, e serão levadas em conta como subsídios
192 à elaboração do Plano de Manejo. Larissa – APTE diz que não há conselho, mas o Plano
193 de Manejo já está em andamento, e que fica a dúvida se o Plano está em consonância
194 com o Conselho. Que o conselho não foi comunicado da publicação do Termo de
195 Referência nem da seleção da empresa consultora. Mussatto diz que isso se deve ao
196 problema que houve entre o conselho e a instituição FATMA, sendo que a presente
197 reunião se destina exatamente à retomada desta relação. Que por algum tempo não
198 houve sequer chefe no parque. Que a prioridade deve ser a reconstituição do Conselho.
199 Que o trabalho feito sobre as trilhas deve ser entregue à ENGETEC ou apresentado pela
200 comunidade durante as oficinas. Karina – ECOSUL diz que o momento do trabalho da
201 ENGETEC parece ser a revisão de tudo o que já foi feito. Refere-se então à decisão
202 judicial de inclusão da nascente do Rio Vermelho dentro do Parque. Larissa diz que o
203 Professor Francisco na época trouxe uma proposta mais inclusiva, que considera feita
204 de costas para a comunidade, que se sente constantemente ameaçada por propostas
205 desse tipo. Pergunta se a FATMA participou no Plano Diretor, pois houve requerimento
206 de Ana Cimardi requerendo certas áreas como de proteção ambiental, e que áreas da
207 proposta inicial não foram incluídas no Plano Diretor, como a nascente do Rio Vermelho
208 e Morro das Aranhas, enquanto outras, sim, possivelmente contemplando grupos
209 econômicos de maior poder. Pergunta porque a FATMA ignorou a vontade da
210 comunidade neste zoneamento, bem como no processo de preparação do Plano de
211 Manejo. Mussatto pergunta se o encaminhamento é perguntar à FATMA ou guardar
212 este questionamento na memória do Conselho. César – UFECO pergunta por que essas
213 áreas estão previstas desta forma no edital, se não havia conselho para decidir. Luciana
214 – ENGETEC esclarece que o Termo de Referência para o Plano de Manejo fala da
215 necessidade de avaliar as propostas de anexação de áreas. André – ENGETEC diz que

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2017

216 não pode mudar a área que foi contratado para estudar, que precisa seguir o Termo de
217 Referência. Eduardo – Caipora esclarece que todas as anexações e alterações de área
218 devem ser feitas pelo mesmo instrumento que criou o Parque, que é uma lei, e que,
219 portanto, isso não se decide no Plano de Manejo. Pergunta se o conselho foi
220 oficialmente destituído, a Plenária responde que não. Eduardo sugere a possibilidade de
221 alterar o regimento, para que as reuniões não precisem ser convocadas pela FATMA.
222 Mauro – Floram diz que antigamente as reuniões ficavam se repetindo em um debate
223 sobre um artigo do SNUC que definia que não deve haver intervenções antes do Plano
224 de Manejo. Márcio – Çarakura apresenta ao Conselho documento contendo o histórico
225 resumido das discussões do Fórum Comunitário do Rio Vermelho, de fevereiro de 2005,
226 e pede que o documento seja incluído nos arquivos do Parque. Apresenta também o
227 documento PRÓ-PARQUE com projeto de proteção da UC, como plano emergencial que
228 inclui prevenção a incêndios, afirmando que o mesmo foi anteriormente apresentado à
229 FATMA. Pergunta se há registro do Plano na FATMA e informa que os dois documentos
230 serão entregues em mãos à FATMA em nome também da AMORV. Que o Plano aborda
231 a fragilidade da nascente do Rio Vermelho e a decisão judicial que solicita a inclusão
232 dessa área no Parque. Que há grande pressão com caça através de arapucas, coleta de
233 espécimes vegetais, etc. Mussatto sugere que os documentos sejam escaneados e
234 distribuídos aos membros do Conselho por correio eletrônico. Márcio – Çarakura
235 prossegue dizendo que o viveiro é um dos equipamentos mais importantes do Parque
236 uma vez que subsidia a restauração ambiental, e que deve ser incluído no Plano de
237 Manejo. Refere-se então à autorização dada pela FATMA ao Instituto Hórus para
238 experimentos com herbicidas agrotóxicos dentro do Parque, o que considera
239 gravíssimo, e que tal ação deve ser barrada pelo Conselho. Sugere que devam ser
240 priorizadas as ações de vigilância eletrônica e controle dos carros à Praia do
241 Moçambique. Mussatto diz que o PM [Plano de Manejo] dará indicativos, mas não
242 resolverá as situações. Que problemas mais sérios que não podem esperar o PM devem
243 ser resolvidos através de Grupos de Trabalho constituídos dentro do Conselho
244 Consultivo. Márcio – Çarakura entrega os documentos mencionados em mãos a Daniel
245 - FATMA. Márcio prossegue dizendo que as únicas áreas livres de agrotóxico no Brasil
246 são as Unidades de Conservação, e que o Conselho não permitirá ações desse tipo no
247 interior da UC. César - UFECO diz que as comunidades sentem que perdem seu tempo
248 nas consultas públicas, pois em última instância os órgãos decidem sozinhos. Que os
249 documentos encaminhados pelas comunidades são perdidos. Pede transparência.
250 Rafael Cléber do Instituto Socioambiental do Santinho [ISS] diz que há muitas casas
251 sendo colocadas sobre áreas de captação de água. Pergunta como será feita a
252 comunicação com o entorno do Parque para promover a transparência. André -
253 ENGETEC diz que passará o Plano de Trabalho ao ISS para esclarecimento da
254 metodologia. Luciane - ENGETEC diz que no diagnóstico ambiental será feita convocação
255 às entidades através de ofício. Andrea - Conselho Escolar São João Batista diz que as
256 escolas não são convidadas, e que isso seria importante. Diz que todos os conselhos de
257 escola deveriam participar. A plenária levanta a necessidade de paridade na composição
258 do conselho. Mussatto esclarece que a paridade pode ser aproximada. Márcio -

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2017

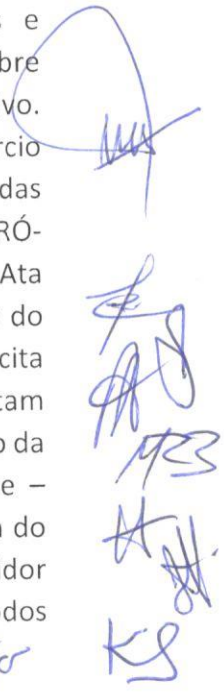
259 Çarakura sugere que as escolas poderiam participar como representantes da Secretaria
260 Municipal de Educação. Andrea diz que não caberia, mas que poderia ser composto um
261 grupo referente à comunidade escolar. Anne esclarece que a Secretaria Estadual de
262 Educação era membro do Conselho e saiu. Márcio – Çarakura diz que a estação de
263 tratamento da CASAN é um dos pontos mais problemáticos dentro do Parque, e que tais
264 entidades devem por força de legislação contribuir com recursos financeiros para
265 programas da UC. Mussatto diz que este assunto tem bastante desenvolvimento,
266 citando exemplo da REBIO Aguaí, onde o escritório fica em área da CASAN. Alexandre
267 Geógrafo - Plateia pede a utilização de mapas nas discussões para que todos saibam de
268 que se trata cada conversa, incluindo as áreas de entorno. Carlos Eduardo - AMORV
269 informa que perguntou ao Grupo Escoteiro sobre sua concessão e que foi informado
270 que a concessão foi renovada por 50 anos. Luís Klaes – União dos Escoteiros do Brasil
271 diz que o Grupo Escoteiro presente no PE Rio Vermelho foi o primeiro a ocupar espaço
272 no antigo Parque Florestal e que está ali por força de lei. Mussatto inicia
273 encaminhamentos quanto às questões levantadas: Questão 1: Carlos Eduardo - AMORV
274 solicita esclarecimentos formais por e-mail quanto à instalação da Trilha do Rio
275 Vermelho e Centro de Recuperação de Animais Marinhos, e planos para retirada do
276 Pinus. Encaminhamento: Manifestação da FATMA. Questão 2: Larissa - APTE solicita
277 levantamento de dados referentes à Oficina de trilhas, para inclusão no Plano de
278 Manejo. Encaminhamento: Unidade Gestora deverá localizar as informações e
279 encaminhar à ENGETEC. Questão 3: Larissa - APTE solicita recuperação de dados sobre
280 anexação ao Parque das áreas discutidas em reunião do Conselho Consultivo.
281 Encaminhamento: Unidade Gestora encaminhará dados à ENGETEC. Questão 4: Márcio
282 - Çarakura encaminha documentos à Gestão do Parque, a saber: histórico resumido das
283 discussões do Fórum Comunitário do Rio Vermelho, de fevereiro de 2005, e projeto PRÓ-
284 PARQUE de proteção da UC e planos emergenciais. Encaminhamento: Registro em Ata
285 e Manifestação da FATMA. Questão 5: Providenciar mapas para a próxima reunião do
286 Conselho. Encaminhamento: FATMA deverá providenciar mapas. Larissa - APTE solicita
287 que sejam encaminhadas à ENGETEC as atas referentes às reuniões e oficinas que tratam
288 do zoneamento e ampliação de áreas do Parque. Carlos Eduardo solicita participação da
289 FATMA nas audiências do Plano Diretor do distrito do Rio Vermelho. Alexandre –
290 Geógrafo solicita que entre os mapas trazidos como apoio conste também o mapa do
291 Plano Diretor. Daniel Araújo - FATMA encerra a reunião e eu, Márcio Pereira, servidor
292 da Unidade Gestora, lavro a presente ata, que lida e achada conforme, vai por todos
293 assinada. **Florianópolis, 17 de maio de 2017.**

294 Daniel Costa – FATMA 

295 Anne Leonor Vieira – FATMA.....

296 Márcio Pereira – FATMA

297 Eduardo Mussatto – FATMA.....



CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2017

- 298 André Sampaio – ENGETEC.....
- 299 Luciana Mota – ENGETEC.....
- 300 Luciane Grassani – ENGETEC.....
- 301 Marcelo Duarte – PMA.....
- 302 Eduardo Zimmermann – SDS *José Luiz F. de Souza (SDS)*
- 303 Aline Bernardi – Secretaria Agricultura e Pesca.....
- 304 Vanessa dos Santos – CASAN.....
- 305 Marcelo Burigo – SC Parcerias *Marcelo Burigo*
- 306 Mauro da Costa – FLORAM..... *Mauro da Costa*
- 307 Larissa Schmidt – APTE.....
- 308 Carlos Eduardo Farias – AMORV *Carlos Eduardo Farias*
- 309 Luís Kunst – AMORV..... *Luís Kunst*
- 310 César Schenini – UFECO..... *César Schenini*
- 311 Cristiane Kolesnikovas – R3 Animal
- 312 Letícia Costa – R3 Animal *Letícia Costa*
- 313 Vera Weith – ECOSUL.....
- 314 Karina Signori – ECOSUL..... *Karina Signori*
- 315 Luís Klaes – UEB *Luís Klaes*
- 316 Ary Hauffe – Çarakura.....
- 317 Márcio Mortari – Çarakura *Márcio Mortari*